



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO,**  
**RECURSOS HUMANOS E PATRIMÔNIO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA – SEFAZ**

# CONCURSO PÚBLICO

## Curso de Formação

**Cargo:**

# Fiscal de Tributos Estaduais

**CADERNO DE PROVA**

**Aplicação: 10/8/2002**

**CESPE**  
UNIVERSIDADE DE BRÁSILIA  
CENTRO DE SELEÇÃO E  
DE PROMOÇÃO DE EVENTOS

### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Este caderno consta de **vinte** questões objetivas, referentes à prova do Curso de Formação.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Não é permitida a utilização de nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 4 Durante a prova, o candidato não deverá levantar-se ou comunicar-se com outros candidatos.
- 5 A duração da prova é de **duas horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes nas presentes instruções, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da prova do candidato.

#### AGENDA

- I 10/8/2002 – Divulgação dos gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva, na Internet — no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br>.
- II 12 e 13/8/2002 – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva, exclusivamente na Coordenação do Curso de Formação, na Escola Fazendária — Rodovia AL 101 Norte, km 3,5, Jacarecica, Maceió — AL —, das 8 às 18 horas.
- III 30/8/2002 – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), do resultado final da prova objetiva do Curso de Formação.

#### OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item **9 DOS RECURSOS** do Edital n.º 002/2002/SEARHP/SEFAZ, de 14/2/2002.
- Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelo telefone 0(XX)–61–448–0100.
- É permitida a reprodução deste material, desde que citada a fonte.

Nas questões de 1 a 20, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção da sua prova.

### QUESTÃO 1

Nas operações de trânsito de mercadorias,

- I o remetente/contribuinte é obrigado a emitir documentação fiscal correspondente à operação que realizar, antes da saída das mercadorias.
- II o adquirente/destinatário é obrigado a exigir a exibição do documento de identificação fiscal.
- III constitui obrigação comum apenas ao remetente e ao adquirente/destinatário de mercadorias comunicar ao fisco quaisquer irregularidades de que tiverem conhecimento e das quais decorram o não-pagamento, total ou parcial, do imposto.
- IV o remetente/contribuinte é obrigado a entregar ao adquirente/destinatário a documentação fiscal referente à operação realizada, mesmo que tal documentação não tenha sido solicitada.
- V mediante a concordância do adquirente/destinatário, o transportador pode optar, para a descarga de mercadorias, por endereço diverso daquele designado na documentação fiscal.

Estão certos apenas os itens

- A I, II e III.
- B I, II e IV.
- C I, III e V.
- D II, IV e V.
- E III, IV e V.

### QUESTÃO 2

A abordagem de veículos, quando da fiscalização de mercadorias em vias de circulação, deve obedecer a normas de segurança que garantam a integridade física dos agentes fiscais e a proteção das viaturas utilizadas. Acerca dessas normas, assinale a opção **incorreta**.

- A Em caso de conferência da carga no interior do veículo, deve-se solicitar a presença do condutor ou de seu auxiliar para o mesmo acompanhar a operação.
- B Em caso de abertura de compartimento de carga de veículo, deve-se exigir que isso seja feito pelo condutor ou, excepcionalmente, por algum auxiliar dele.
- C Se o local de abordagem não oferecer condições satisfatórias para a conferência da carga, deve-se convidar o condutor a deslocar o veículo para local apropriado à operação.
- D Independentemente do período, diurno ou noturno, deve-se, sempre, posicionar a viatura à frente e o mais próximo possível do veículo a ser abordado, pois isso impossibilita que o condutor deste tente evadir-se.
- E Sempre que possível, deve-se efetuar a abordagem em vias com acostamento ou área de escape que permita resguardar a viatura, o veículo abordado e seus ocupantes.

### QUESTÃO 3

Com relação ao significado dos símbolos de segurança utilizados para indicar os cuidados a serem tomados com os diversos tipos de carga, julgue as associações propostas nos itens a seguir.

- I CÁLICE = vasilhame, de qualquer composição, que contém líquido sujeito a derramamento.
- II GUARDA-CHUVA = produto resistente a intempéries.
- III DUAS SETAS NO MESMO SENTIDO = o lado para o qual as pontas das setas indicam deve ser mantido para cima.
- IV DUAS SETAS QUE APONTAM PARA SENTIDOS OPOSTOS = qualquer face da embalagem, incluindo as laterais, pode ser mantida para cima.
- V SOL E CAVEIRA = produto que exala odor desagradável, devendo ser posto ao ar livre, sem cobertura.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.
- B 2.
- C 3.
- D 4.
- E 5.

### QUESTÃO 4

À luz do RICM/AL, considerar-se-á desacompanhada de documento fiscal a operação ou prestação acobertada por documento inidôneo, assim entendido, para esse efeito, aquele que

- I for emitido por contribuinte fictício ou que não mais exerça suas atividades.
- II contiver declaração falsa ou estiver adulterado ou preenchido de forma que não permita identificar os elementos da operação ou prestação.
- III contiver valores diferentes nas diversas vias.
- IV tiver sido confeccionado por estabelecimento diverso do indicado.
- V for emitido com erro ou simulação que possibilite, mesmo que a terceiro, o não-pagamento do imposto ou qualquer outra vantagem indevida.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.
- B 2.
- C 3.
- D 4.
- E 5.

### QUESTÃO 5

Com relação a aspectos diversos da fiscalização de mercadorias em trânsito e da legislação pertinente, julgue os itens abaixo.

- I O documento fiscal inidôneo fará prova apenas em favor do fisco.
- II Madeiras compõem o tipo ideal de carga para o transporte clandestino de outros produtos, uma vez que impossibilitam a aplicação do Chuço.
- III Considerando que a fiscalização de mercadorias importadas compete à Receita Federal, cabe ao agente de fiscalização do fisco estadual, ao deparar-se com mercadorias estrangeiras em situação irregular no país, tão-somente comunicar o fato à Secretaria da Receita Federal.
- IV Independentemente do valor, nas importações em que não houver incidência de ICMS, o trânsito das mercadorias deve ser acompanhado por declaração de exoneração desse imposto.
- V A falta de nota fiscal para acompanhar o transporte de mercadorias enseja a cobrança do imposto devido, com aplicação da penalidade cabível, emitindo-se para tanto a nota fiscal avulsa. Esses mesmos procedimentos aplicam-se à mercadoria importada, tenha sido ela nacionalizada ou não.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e V.
- C II e III.
- D III e IV.
- E IV e V.

### QUESTÃO 6

Acerca do Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado de Alagoas (CACEAL), assinale a opção correta.

- A O sujeito passivo deve inscrever-se no CACEAL, antes de iniciar suas atividades, em uma das seguintes condições cadastrais de contribuinte: normal, microempresa, empresa de médio porte, megaempresa, facultativo, substituto, fabricante.
- B A não-incidência e a isenção, relativamente às operações ou prestações efetuadas pelo sujeito passivo, exoneram-no da obrigação de se inscrever no CACEAL.
- C Os comerciantes e os industriais constituem exemplos de contribuintes que são inscritos no CACEAL na condição de contribuintes normais.
- D A inscrição no CACEAL será concedida apenas por prazo certo, podendo, inicialmente, ser provisória.
- E Ao fim de cada ano fiscal, o contribuinte deverá solicitar o recadastramento de sua inscrição no CACEAL.

**QUESTÃO 7**

A respeito da paralisação temporária do estabelecimento e da suspensão de inscrição no CACEAL, assinale a opção correta.

- A A suspensão da inscrição implica o afastamento temporário do contribuinte do CACEAL e ocorrerá mediante ato do Secretário de Estado da Fazenda do Estado de Alagoas.
- B A suspensão da inscrição poderá dar-se tanto por iniciativa do contribuinte quanto por iniciativa da repartição fazendária do domicílio do contribuinte.
- C No caso de iniciativa do contribuinte, a suspensão produzirá efeitos legais a partir do momento em que este protocolar, na repartição fazendária do seu domicílio, a solicitação de suspensão.
- D Em face da importância da atividade comercial, o contribuinte poderá — em caráter excepcional e mediante ato justificado — emitir, durante o período de suspensão da sua inscrição, documentos fiscais relativos a operações e(ou) prestações previamente contratadas.
- E A paralisação temporária das atividades do estabelecimento será concedida pelo prazo de 180 dias, após os quais a inscrição do contribuinte será automaticamente reativada.

**QUESTÃO 8**

Quanto à baixa de inscrição no CACEAL, assinale a opção correta.

- A O contribuinte que encerrar suas atividades deverá requerer a baixa da inscrição à repartição fazendária de sua circunscrição fiscal, mediante preenchimento da Ficha de Atualização Cadastral, no prazo de quinze dias, contado da data da ocorrência.
- B No prazo previsto para o requerimento de baixa de inscrição, o contribuinte deverá destruir todos os selos fiscais de autenticidade que estejam em seu poder.
- C A baixa de inscrição de contribuinte implicará o reconhecimento de quitação dos débitos tributários acaso existentes.
- D A exemplo da suspensão de inscrição, a baixa de inscrição do contribuinte produzirá efeitos legais a partir do momento em que este a requerer à repartição fazendária pertinente.
- E Ao contribuinte em débito com a fazenda pública estadual somente será concedida baixa da sua inscrição se o débito em questão for correspondente a saldo de parcelamento que esteja com pagamento regular (sem atraso).

**QUESTÃO 9**

Conforme modelos aprovados pela SEFAZ, as características e os dispositivos do selo fiscal de autenticidade incluem, entre outros,

- I formato retangular, com 3 cm de largura e 6 cm de altura.
- II numeração tipográfica com dez algarismos e identificação de séries formadas por três letras de “AAA” a “ZZZ”, devendo a impressão dessas indicações ser feita na cor vermelha ou laranja fluorescente, reativa à luz ultravioleta.
- III a denominação “SELO FISCAL DE AUTENTICIDADE”, centralizada na parte superior, seguida, abaixo, em tipo menor, da expressão “SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DE ALAGOAS”.
- IV imagem fantasma ou latente com a sigla “AL”.
- V fundo invisível fluorescente, com tinta incolor, reativa à luz ultravioleta, formado pelo brasão do estado de Alagoas e pela palavra “Segurança”, revelados pela incidência da referida luz.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.            B 2.            C 3.            D 4.            E 5.

**QUESTÃO 10**

Nas aquisições interestaduais de aves, produtos resultantes de sua matança — em estado natural, resfriado ou congelado — e ovos, fica exigido o pagamento antecipado do ICMS, no momento do trânsito desses produtos pela primeira unidade fazendária de entrada no estado de Alagoas, independentemente do regime de inscrição do adquirente. Entretanto, excepcionalmente e observadas as ressalvas regulamentares, tal pagamento poderá dar-se até o quinto dia subsequente à quinzena em que ocorrer a entrada da mercadoria no estado de Alagoas, desde que o interessado, cumulativamente,

- I esteja regular perante o CACEAL.
- II não esteja inscrito na dívida ativa do estado.
- III não tenha sócio que participe de empresa inscrita na dívida ativa do estado.
- IV esteja regular com sua obrigação tributária principal, inclusive quanto ao parcelamento de débitos fiscais.
- V não tenha utilizado documento fiscal sem autorização de impressão.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.            B 2.            C 3.            D 4.            E 5.

**QUESTÃO 11**

Os produtos sujeitos à antecipação tributária incluem

- A o açúcar cristal ou refinado, inclusos os acondicionados em embalagens de até dois quilogramas.
- B carnes de animais e miudezas comestíveis, das espécies asinina, bovina, bufalina, caprina, cavalar, muar, ovina e suína — frescas, resfriadas, refrigeradas, congeladas, salgadas ou em salmoura, secas ou defumadas —, e seus derivados não-enlatados, a exemplo de charque e salame.
- C leite em pó, inclusos os acondicionados em embalagens de até dois quilogramas.
- D óleos comestíveis, inclusos os derivados de soja.
- E móveis em geral, residenciais ou para escritório, desse conceito excluindo-se mesas, cadeiras, camas e estantes.

**QUESTÃO 12**

Com relação às vendas a ordem ou para entrega futura, assinale a opção **incorreta**.

- A Poderá ser emitida nota fiscal, para simples faturamento, com lançamento do IPI, vedado o destaque do ICMS. Nessa hipótese, o IPI será destacado antecipadamente pelo vendedor, por ocasião da venda, e o ICMS será recolhido por ocasião da efetiva saída de mercadoria.
- B A base de cálculo do imposto, quando devido, deverá ser corrigida monetariamente pelo indexador oficial fixado pelo Banco Central do Brasil, ou, na sua falta, pela variação do preço do produto.
- C As notas fiscais emitidas em simples remessa, sem destaque do imposto, serão escrituradas apenas nas colunas “Documento Fiscal” dos livros de Registro de Saídas e de Registro de Entradas do emitente e do destinatário, respectivamente.
- D As notas fiscais emitidas em faturamento nas vendas a ordem ou para entrega futura, sem destaque do imposto, serão escrituradas pelo emitente no livro de Registro de Saídas, apenas na coluna “Documento Fiscal”, anotando-se na coluna “Observações” a indicação de faturamento em venda a ordem ou para entrega futura, conforme o caso.
- E Observada a ressalva regulamentar, as notas fiscais emitidas por ocasião das efetivas entregas das mercadorias, com destaque do imposto, serão escrituradas:
  - I - pelo emitente, no livro de Registro de Saídas, nas colunas “Documento Fiscal” e “Operações com Débito do Imposto”;
  - II - pelo destinatário, no livro de Registro de Entradas, nas colunas “Documento Fiscal” e “Operações com Crédito do Imposto”.

**QUESTÃO 13**

Considera-se devolução a operação por meio da qual o destinatário da mercadoria, após recebê-la, retorna-a ao remetente original. Constitui causa para esse tipo de operação

- I avaria não-provocada pelo comprador.
- II vício, defeito ou diferença na qualidade ou quantidade.
- III divergência no prazo ou nos preços ajustados pelo contratante.
- IV saída de mercadoria cuja entrega seja sustada anteriormente a sua entrada no estabelecimento do destinatário, por motivo justo devidamente comprovado, a critério de autoridade fiscal competente.
- V garantia.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1.      **B** 2.      **C** 3.      **D** 4.      **E** 5.

**QUESTÃO 14**

O estabelecimento que receber, em retorno, mercadoria por qualquer motivo não entregue ao destinatário, para reintegrá-la ao estoque, deverá, cumulativamente,

- I solicitar e obter autorização escrita da repartição fazendária do seu domicílio.
- II emitir nota fiscal de entrada, lançando-a no livro de Registro de Entradas.
- III manter arquivada, em pasta comercial, a primeira via da nota fiscal emitida por ocasião da saída e memorando do transportador que explique o fato, quando o transporte houver sido efetuado por terceiros.
- IV anotar a ocorrência na via da nota fiscal presa ao talão ou no documento equivalente.
- V exibir à fiscalização, sempre que exigidos, todos os elementos, inclusive contábeis, comprobatórios de que a importância eventualmente debitada ao destinatário não foi recebida.
- VI declarar a data de reintegração da mercadoria ao estoque.
- VII comunicar à junta comercial do seu domicílio, por via de memorando, a reintegração.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 2.      **B** 3.      **C** 4.      **D** 5.      **E** 6.

**QUESTÃO 15**

Com relação à base de cálculo para fins de substituição tributária, julgue os itens abaixo.

- I A base de cálculo, para fins de substituição tributária regressiva, em relação às operações ou prestações antecedentes ou concomitantes, será o valor da operação ou prestação praticado pelo contribuinte substituto.
- II Na substituição tributária progressiva, tratando-se de mercadoria ou serviço cujo preço final a consumidor, único ou máximo, seja fixado por órgão público competente, a base de cálculo do imposto, para fins de substituição tributária, será o referido preço.
- III No caso de substituição tributária progressiva, mesmo que exista preço final sugerido pelo fabricante ou importador, tal preço não poderá ser estabelecido como base de cálculo.

Assinale a opção correta.

- A** Nenhum item está certo.
- B** Apenas o item I está certo.
- C** Apenas o item II está certo.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 16**

No caso de substituição tributária, além das informações acerca da operação normal, a nota fiscal deverá ser emitida pelo substituto tributário:

- I com destaque da base de cálculo para retenção.
- II sem destaque do valor do imposto retido.
- III com destaque do número de inscrição estadual na UF de destino da mercadoria, nas operações estaduais.

Assinale a opção correta.

- A** Nenhum item está certo.
- B** Apenas o item I está certo.
- C** Apenas o item II está certo.
- D** Apenas os itens I e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 17**

No âmbito da substituição tributária, julgue os itens que se seguem, a propósito da emissão de notas fiscais pelo contribuinte substituído.

- I Deverá ser feita sem destaque do ICMS normal.
- II O corpo da nota fiscal deverá conter destaque de que o ICMS foi recolhido por substituição tributária.
- III Haverá destaque do imposto incidente na operação apenas para efeito de crédito do destinatário, se a mercadoria destinar-se ao ativo imobilizado ou à industrialização. Nessa hipótese, a base de cálculo será o valor da operação praticada pelo substituído.

Assinale a opção correta.

- A** Nenhum item está certo.
- B** Apenas o item I está certo.
- C** Apenas o item II está certo.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 18**

Cada um dos itens a seguir apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- I O Poder Executivo do estado de Alagoas editou decreto, determinando que os contribuintes internos e os localizados em outros estados realizassem a retenção do ICMS sobre as operações subsequentes do adquirente. Ao tempo da edição do decreto, não havia acordo celebrado entre o estado de Alagoas e as demais unidades da Federação para tal procedimento. Nessa situação, agiu corretamente o Poder Executivo quanto ao instrumento, já que, no caso em apreço, poderia ter optado, indistintamente, por lei, decreto ou portaria.
- II Determinada montadora, sediada no estado de São Paulo, ao realizar uma venda de veículos destinados ao ativo imobilizado de contribuinte sediado no estado de Alagoas, destacou o ICMS normal incidente na operação, à alíquota de 7%. Ao verificar a falta de retenção do ICMS por substituição tributária (ICMS ST), um agente fiscal de Alagoas exigiu o pagamento desse tributo referente ao diferencial de alíquotas, alegando que o produto estava sujeito a tal regime. O contribuinte recusou-se a efetuar o pagamento, alegando que os veículos, por se destinarem ao ativo imobilizado e não à comercialização, não estariam sujeitos ao recolhimento do imposto por substituição tributária. Nessa situação, assiste razão ao contribuinte, tendo sido improcedentes a exigência e a alegação do agente do fisco.
- III Em uma diligência fiscal, um auditor fiscal constatou que, em várias operações com refrigerantes, o contribuinte substituto (vendedor) não havia feito a retenção e o recolhimento do ICMS devido por substituição tributária. Exigiu, então, do destinatário, o recolhimento do imposto devido. Este argumentou que não era o devedor do ICMS, pois o devedor era o remetente, a quem cabia recolher o tributo. Nessa situação, o agente do fisco agiu corretamente, pois, na hipótese de a substituição tributária não ser efetuada pelo remetente, cabe a responsabilidade pela retenção e pelo recolhimento do imposto ao adquirente.

Assinale a opção correta.

- A** Nenhum item está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas o item III está certo.
- D** Apenas os itens I e II estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 19**

Em cada uma das opções a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção cuja assertiva esteja **incorreta**.

- A** Uma montadora de automóveis remeteu para filial concessionária sua, estabelecida em Alagoas, veículos para comercialização. No posto fiscal de fronteira deste estado, o agente fiscal constatou que a montadora não efetuara a retenção do imposto por substituição tributária. Ato contínuo, o referido agente reteve os veículos e solicitou o pagamento antecipado do imposto. O representante da montadora procurou o órgão do fisco e argumentou que a operação não estava sujeita ao regime de substituição tributária. Nessa situação, assiste razão à empresa montadora, pois, no caso, caracterizou-se operação entre atacadistas.
- B** Uma indústria sediada em Alagoas adquiriu, de montadora sediada no Paraná, veículos para seu ativo imobilizado. Ao efetuar diligência no estabelecimento destinatário, a autoridade administrativa constatou que não havia sido recolhido ICMS devido por substituição tributária. Na oportunidade, o representante da montadora argumentou que não fazia a retenção em tais operações, em razão de o produto não se destinar à comercialização, mas ao ativo imobilizado do destinatário. Nessa situação, foi improcedente a argumentação da montadora.
- C** Um depósito de material de construção, sediado em município do interior do estado de Alagoas, adquiriu, de fábrica estabelecida em São Paulo, 15 toneladas de cimento, por R\$ 5.000,00, tendo pago R\$ 500,00 de frete, com cláusula FOB. O remetente fez a substituição tributária, demonstrando os dados na nota fiscal, e registrou, na nota fiscal de saída, o número do protocolo que disciplina as operações com cimento. Nessa situação, o remetente agiu de forma correta, ao efetuar a substituição tributária na operação de remessa para o adquirente sediado em Alagoas, em razão de as duas unidades federadas envolvidas serem signatárias de protocolo que disciplina substituição tributária nas operações com cimento.
- D** A Cia. de Cigarros Sarah, sediada no estado do Rio de Janeiro, vendeu, para atacadista sediado em Alagoas, 50 caixas de cigarros. Ao emitir a nota fiscal do produto, a Cia. Sarah não efetuou a retenção do imposto, destacando apenas o valor do ICMS normal incidente na operação interestadual. Nessa situação, o remetente não procedeu de acordo com a legislação, pois os estados envolvidos na transação são signatários de convênio que instituiu a substituição tributária nas operações com fumo e seus derivados.
- E** Sem proceder à retenção do ICMS, a Cia. de Cigarros Curitiba, sediada no estado do Paraná, efetuou transferência de cigarros para estabelecimento atacadista seu, localizado em Alagoas. Nessa situação, a Cia. Curitiba agiu acertadamente, pois, no caso em apreço, conforme dispõe convênio pertinente, não há a retenção do imposto, uma vez que o destinatário do produto é uma filial atacadista da indústria remetente.

**QUESTÃO 20**

Em cada uma das opções a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção cuja assertiva esteja **incorreta**.

- A** Uma distribuidora de combustíveis, sediada em Alagoas, adquiriu álcool anidro de usina sediada em Pernambuco. O estabelecimento remetente emitiu a nota fiscal com os dados seguintes.

Valor da mercadoria: .....	R\$ 15.000,00
Quantidade de litros: .....	20.000
ICMS destacado: .....	R\$ 1.800,00
ICMS ST: .....	R\$ 3.825,00
Observação: .....	Operação com cláusula CIF
Frete incluído no preço – valor: .....	R\$ 1.000,00

Nessa situação, a nota fiscal foi preenchida de modo incorreto: por força do convênio pertinente, a referida operação deve ocorrer com diferimento ou suspensão do ICMS.

- B** O Laboratório Stratus, localizado no estado de São Paulo, ao contratar uma operação de venda de medicamentos para atacadista sediado em Alagoas, no valor de R\$ 10.000,00 (CIF), efetuou a substituição tributária, demonstrando o valor do ICMS retido na nota fiscal. Nessa situação, o remetente agiu acertadamente quanto à retenção do imposto por substituição tributária.
- C** Sediado em Alagoas, um estabelecimento comercial atacadista de cervejas adquiriu, de uma fábrica, pertencente a outro grupo empresarial e sediada em Petrópolis – RJ, 3.000 caixas de cerveja para revenda local e interestadual. Após isso, o referido atacadista efetuou venda de parte desse produto para outro estabelecimento comercial, sediado no estado de Sergipe. Nessa situação, a operação com destino a Sergipe deverá ser tributada sob o regime de substituição tributária, devendo o atacadista alagoano fazer a retenção do imposto por substituição tributária e recolhê-lo em favor do estado de Sergipe.
- D** Um contribuinte atacadista X, estabelecido no estado de Alagoas, adquiriu farinha de trigo do contribuinte moageiro Y, localizado em outro estado, signatário do Protocolo ICMS 46/00. Nessa situação, a base de cálculo na operação de venda será equivalente a 60% do valor incidente por ocasião da entrada mais recente do trigo no estabelecimento de Y, utilizando-se a média ponderada, considerando como proporção necessária de trigo, para a produção da farinha, a quantidade de uma tonelada de trigo em grão para cada 750 kg de farinha.
- E** Para revenda em Alagoas, um atacadista de alimentos estabelecido nesse estado adquiriu, no estado de São Paulo, 300 fardos de charque, ao preço unitário de R\$ 100,00, com frete cláusula CIF, de acordo com a nota fiscal emitida pelo remetente. Nessa situação, a operação será submetida ao regime de antecipação tributária, devendo o recolhimento ser feito no momento do ingresso da mercadoria no estado de Alagoas, ou seja, na passagem pelo posto fiscal de fronteira deste estado.